

\* continuação

evidência de irrecuperabilidade foi registrada nos períodos apresentados. **Ativos monetários:** A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise individual das duplicatas e dos valores a receber de clientes vencidos e em montante julgado pela Administração da Cia. suficiente para cobrir prováveis perdas quando de sua realização. **h. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Cia. tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **i. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de rendimentos de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método da taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as despesas com juros sobre partes relacionadas, financiamentos, empréstimos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **j. IR e CS:** O IR e a CS do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **4. Caixa e equivalentes de caixa: Instituição financeira Característica 2011 2010**

Instituição financeira	Característica	2011	2010
Saldo em caixa		244	23
Aplicação	CDB	243	222
Banco BBM S.A.	CDB	-	1
Banco Bradesco	CDB	5.304	4.953
Banco Bradesco	CDB/RDB	16.834	4.476
Banco Pine S.A.	CDB	-	1
<b>Total</b>		<b>22.625</b>	<b>9.676</b>

As aplicações financeiras referem-se a CDB/RDB DI remuneradas por taxas variáveis de 0,78% a 1,02% do CDI e possuem liquidez imediata com uma mudança insignificante em relação ao valor registrado. Essas aplicações estão classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**5. Impostos a recuperar:**

Descrição	2011		2010	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
COFINS s/imobilizado	743	8.875	1.864	9.164
PIS s/imobilizado	215	1.873	459	1.934
IRRF s/aplicações	625	-	369	-
Crédito IBAMA	-	17	-	-
Depósitos vinculados	-	73	-	-
IRRF	34	-	34	-
<b>Total</b>	<b>1.617</b>	<b>12.254</b>	<b>3.868</b>	<b>11.317</b>

Os créditos de PIS/COFINS são condizentes com o art. 6º da Lei nº 11.488/07, que trata dos impostos recuperáveis sobre edificações e o art. 3º, § 14 da Lei nº 10.833/03, com redação dada pelo art. 21 da Lei nº 10.865/04, que trata dos impostos recuperáveis na aquisição de máquinas e equipamentos integrantes do imobilizado. **6. Clientes - Não circulante:** Refere-se, preponderantemente, a créditos a receber da CELPA. O saldo foi recebido em 2011. Tratava-se de valores referentes à diferença do preço contratado de energia elétrica conforme acordo firmado entre as partes e o preço efetivamente pago, diferença apurada a partir de 08/2009. **7. Partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas à Cia. suas controladoras, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas da Cia., seus administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definição no Pronunciamento CPC 5 (R1). As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir: **a. Empréstimos:** Os saldos dessas contas estão representados por empréstimos sem previsão de remuneração e prazo de liquidação.

Descrição	2011		2010	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Heber Participações Ltda.	-	60.354	-	60.354
Buriti Energia S.A.	-	22.272	-	13.946
Bracol Holding Ltda.	-	12.752	-	12.752
Mafe Energia e Participações Ltda.	309	-	-	177
Mara Daisy Gil Dias	9.568	-	10.000	291
Luiz Carlos Gradella	4	-	-	-
Eletricidade Paraense Ltda.	2.133	-	-	57
Gaia Energia e Participações S.A.	-	15.877	-	15.878
Natalino Bertin	-	2.500	-	-
Brasil Central Engenharia Ltda.	-	1.577	-	650
Águas de Vera	-	26	-	26
<b>Total</b>	<b>12.014</b>	<b>115.358</b>	<b>10.000</b>	<b>104.131</b>

**b. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Em 2011, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração da Cia., totalizou R\$ 168 (R\$ 168 em 2010), incluindo salários, honorários e benefícios variáveis.

Descrição	Taxa de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	
			2011	2010
Terrenos	-	220	-	220
Edificações e benfeitorias	4%	129.159	(16.555)	112.604
Reservatório e adutoras	2%	216	(11)	205
Subestação	2,5%	27.901	(2.323)	25.578
Máquinas e equipamentos	3%	30.357	(3.125)	27.232
Móveis e utensílios	10%	144	(57)	87
Equipamentos e proc. eletrônicos	20%	120	(90)	30
Aeronaves	10%	404	(143)	261
Automotivos/embarcação	10%	7	(5)	2
<b>Total</b>		<b>188.528</b>	<b>(22.309)</b>	<b>166.219</b>

**b. Movimentação:**

Descrição	Taxa de depreciação ao ano - %	Adições	
		2011	2010
Terrenos	-	-	220
Edificações e benfeitorias	4%	127.468	1.855
Reservatório e adutoras	2%	164	58
Subestação	2,5%	27.883	22
Máquinas e equipamentos	3%	29.462	1.127
Móveis e utensílios	10%	141	3
Equipamentos e proc. eletrônicos	20%	101	21
Aeronaves	10%	404	-
Automotivos/embarcação	10%	7	-
Depreciação acumulada		(15.537)	(7.003)
<b>Total</b>		<b>170.313</b>	<b>-</b>

**9. Diferido:**

Descrição	2011		2010	
	Custo	Líquido	Custo	Líquido
Despesas pré-operacionais	27.920	(18.529)	9.391	14.975
<b>Total</b>	<b>27.920</b>	<b>(18.529)</b>	<b>9.391</b>	<b>14.975</b>

Nos termos da Lei nº 11.941/09, a Cia. optou em manter no diferido as despesas pré-operacionais. A amortização dos ativos dar-se-á pelo prazo de cinco anos, com início no mês de outubro de 2008, quando começaram as atividades da Cia.

**10. Empréstimos e financiamentos:**

Modalidade	Encargos financeiros		2011	2010
	2011	2010		
BNDES - Fimame	Juros de 2,15% a.a. acima da TJLP	89.683	102.808	
Banco Bradesco S.A. - Capital de giro	Juros 6,1% a.a. + Reajuste - CDI	3.640	16.302	
<b>Total</b>		<b>93.323</b>	<b>119.110</b>	

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por alienação fiduciária de máquinas e equipamentos, garantidos por ações de propriedade da Cia. controladora Mafe Energia e Participações S.A. de emissão da Curuá Energia S.A. e, ainda, dos direitos creditórios de que é titular, provenientes: **i.** Do contrato de compra e venda de energia elétrica - CCVE VPMI 082/2004, celebrado em 20/12/2004 e subsequentes aditivos. **ii.** De todos os valores a serem recebidos pela beneficiária, da Eletrobras, a título de rateio da conta CCF - Consumo de Combustíveis Fósseis. O principal da dívida será pago em 120 prestações mensais e sucessivas, vencida a primeira prestação em 15/11/2008 e término em 15/10/2018, segregado no passivo circulante e não circulante. Os vencimentos anuais classificados a longo prazo, em 31/12/2011, são os seguintes:

Vencimentos	2011	
	2011	2010
2012	19.973	
2013	18.825	
2014 em diante	21.313	
<b>Total</b>	<b>60.111</b>	<b>84.492</b>

**11. Fornecedores:** A rubrica é composta por fornecedores vitais para operação da Cia., como prestação de serviço de engenharia, empreiteiras de engenharia, fornecedores de materiais, máquinas e equipamentos elétricos. **Descrição**

Descrição	2011		2010	
	2011	2010	2011	2010
Encargos de uso de rede elétrica	293	2.210		
Materiais e serviços	12.647	12.078		
<b>Total</b>	<b>12.940</b>	<b>14.288</b>		

**12. Obrigações tributárias:** Os impostos e as contribuições a recolher, inclusive aqueles decorrentes de retenções, estão assim compostos no passivo circulante, em que foram registrados os juros e as atualizações até 31/12/2011 decorrentes dos impostos pendentes de pagamento. **Descrição**

Descrição	2011		2010	
	2011	2010	2011	2010
INSS retido a recolher	1.115	1.037		
IRRF a recolher	36	32		
ISS retido a recolher	169	166		
Retenções - Lei nº 10.833/03	137	124		
Juros e atualizações de impostos	385	385		
ICMS Sefa/PA	250	230		
Parcelamento IBAMA	-	55		
ICMS Sefa/PA	77	71		
ICMS Sefa/GO	24	38		
Parcelamento IRRF	39	46		
Parcelamentos CRF	112	131		
Juros a incorrer - Parcelamentos	(24)	(45)		
<b>Total</b>	<b>2.320</b>	<b>2.270</b>		

**13. Provisão para contingências:** A Cia. é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos, que estão avaliados como segue: As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados, e são registradas contabilmente de acordo com as regras mencionadas na Nota Explicativa nº 3. **a. Resumo das ações classificadas como "risco provável" e provisionadas:**

	2011	2010
Ações trabalhistas	-	-
Ações cíveis	3.729	3.874
Ações fiscais	2.578	-
<b>Total</b>	<b>6.307</b>	<b>3.874</b>

**b. Movimentação da provisão:**

	Saldo em 2010	Adições	Baixa	Saldo em 2011
Trabalhistas	-	-	-	-
Cíveis	3.874	154	(299)	3.729
Fiscais	-	2.578	-	2.578
<b>Total</b>	<b>3.874</b>	<b>2.732</b>	<b>(299)</b>	<b>6.307</b>

**c. Principais características das ações:** Resumo das ações classificadas como "risco provável" e provisionadas: **• Ações cíveis -** Referem-se, basicamente, a ações de indenização por acidente aéreo e inadimplemento de títulos de fornecedores. **• Ações tributárias -** Referem-se a ações oriundas de créditos tributários referentes ao ICMS. A Administração da Cia. informou que, em 31/12/2011, não há ações classificadas como "risco possível" e não provisionadas. **d. Contingências ativas não registradas:** De acordo com as informações dos assessores jurídicos da Cia., atualmente existem processos ativos no valor estimado de R\$ 9.500, julgados pelos assessores como prováveis de êxito. Esses processos foram direcionados à ANEEL e sofrerão atualizações financeiras mensais quando forem finalizados. **14. Patrimônio líquido (Passivo a descoberto): Capital social:** O capital social subscrito e integralizado da Cia. é de R\$ 9.066 (idem em 2010) e está representado por 9.066 (idem em 2008) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A composição acionária está distribuída da seguinte forma:

Acionista	%	2011
Mafe Energia e Participações S.A.	99%	8.975
Mara Daisy Gil Dias	1%	91
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>9.066</b>

**Política de dividendos:** Observado o disposto no art. 17, I, da Lei nº 6.404/76, aos acionistas é assegurado o direito de receber um dividendo anual obrigatório não inferior a 5% do lucro líquido apurado no exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: **i.** Quota destinada à constituição de reserva legal. **ii.** Importância destinada à formação de reservas para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. **iii.** Lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. Observadas as disposições legais pertinentes, a Cia. poderá pagar a seus acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Ajuste de exercícios anteriores:** A Cia., em 2011, efetuou uma reversão de provisão a maior de valores a receber da CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício de 2010 e baixados conforme o acordo de pagamento celebrado entre as partes em 1º/07/2011. Nos termos do pronunciamento CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e correção de erros, considerou-se o ajuste como não relevante e não identificável o período e, portanto, não reformulou as demonstrações financeiras de 2010 para fins de comparabilidade. **15. Receita líquida:**

Receitas operacionais	2011	2010
Venda de energia elétrica	25.815	24.530
Doações e subvenções para investimento (*)	14.695	1.183
(-) Impostos sobre vendas e outras deduções	(2.388)	(2.269)
<b>Total</b>	<b>38.122</b>	<b>23.444</b>

(\*) O saldo registrado na conta Receitas - a título de "Doações e subvenções para investimento" refere-se ao enquadramento da Cia. conforme Resolução Autorizadora nº 322 de 19/09/2005 à Sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta Consumo de Combustível - CCC. O valor do investimento a ser considerado para fins de cálculo do benefício da sub-rogação da CCC será reembolsado mensalmente em parcelas correspondentes à energia comercializada com a concessionária, conforme o disposto no art. 3º da RN nº 146 de 14/02/2005 pela Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras, e serão definidas tantas parcelas quanto necessário para que seja atingido o montante total reconhecido e aprovado em Reais, sendo a última parcela igual ao saldo remanescente. De acordo com o art. 16 da Lei nº 11.941/09, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e pelos arts. 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, que modificou o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício definido no art. 191 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao Regime Tributário Transitório (RTT); devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31/12/07. A Cia. optou pelo RTT, portanto, os valores registrados nesta conta "Doações e subvenções para investimento" não estão sujeitos à tributação.

continua \*